



DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO PARANÁ

Edital 103/2014

A Comissão de Processo Seletivo de Estágio da cidade de Ponta Grossa e Castro RESOLVE informar que:

LISTA COM OS APROVADOS DE PONTA GROSSA

Nome	Nota objetiva	Média obj	Nota Civil	Nota Penal	Média disser.	MÉDIA FINAL	Média Final
GIORGIA GOMES MOHRING	29	9,66	9,5	8	8,74	36,8	9,2
HELOÍSA DE ALMEIDA	28	9,33	9,5	8,5	9	36,66	9,2
PAULO JOSE DA SILVA PEREIRA	25	8,33	9	8	8,5	33,66	8,4
ANNE DE ANDRADE BOMFIM	25	8,33	8,5	7,5	8	32,66	8,2
THAIS AMORIM RISSÁ	26	8,66	7,5	7	7,25	31,82	8,0
KETHILIN SCHWINGEL IURINO	27	9	6	7,5	6,75	31,5	7,9
LARISSA CARVALHO CARNEIRO	22	7,33	8,5	8	8,25	31,16	7,8
RENAN RIBAS HILLEBRANT	25	8,33	8	6,5	7,25	31,16	7,8
ALINE FRANCO FERREIRA	23	7,66	8,5	7	7,75	30,82	7,7
ALEF VAZ CARNEIRO	25	8,33	8,5	5	6,75	30,16	7,5
RUBIA SOUZA SANTOS	25	8,33	7	6,5	6,75	30,16	7,5
EVERTON KOUPAK	21	7	8,5	7	7,75	29,5	7,4
CARLA RAFAELA CARTELLI	23	7,66	6,5	7,5	7	29,32	7,3
SUZANA DE FATIMA STADLER	22	7,33	7	7	7	28,66	7,2
BIANCA THIEMY MIYASAKA	24	8	7	5,5	6,26	28,52	7,1
WANDREY VINICIUS CARVALHO	22	7,33	6	6,5	6,25	27,16	6,8



DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO PARANÁ

AMANDA RIZZA SCHREINER	18	6	7,5	7,5	7,5	27	6,8
CLEVERSON NOBRE FONSECA	19	6,33	6	8	7	26,66	6,7
ALCILAINÉ BORGES DE SOUZA	21	7	5,5	7	6,25	26,5	6,6
HANNA CAROLINE KRUGER	19	6,33	6,5	7	6,75	26,16	6,5
NAYARA SIDULOVICZ	16	5,33	7	7	7	24,66	6,2
MARINA CARVALHO GOMES BORATO	18	6	5	7,5	6,25	24,5	6,1
JOICE IURK	18	6	6,5	5,5	6	24	6,0
FERNANDA DEZONTINE PIOTROWSKI	17	5,66	8	4,5	6,25	23,82	6,0
FERNANDA MACHADO	17	5,66	7	5,5	6,25	23,82	6,0
GABRIELA ANTONIACOMI MASCHIO	20	6,66	5	5,5	5,25	23,82	6,0
FRANCIELE BERNARDI WIEST	17	5,66	6	6	6	23,32	5,8
JOÃO LUCIO DA SILVA	17	5,66	5	6,5	5,75	22,82	5,7
ANDRÉIA VIVIANE DE MELLO	17	5,66	4	6	5	21,32	5,3

TODOS ACIMA CITADOS ESTÃO CONVOCADOS PARA REALIZAÇÃO DA ENTREVISTA E ENTREGA DOS SEGUINTE

DOCUMENTOS:

- CÓPIA DO RG
- CÓPIA DO CPF
- CÓPIA DE COMPROVANTE DE RESIDÊNCIA
- DECLARAÇÃO DE MATRÍCULA (ASSINADA PELA FACULDADE)
- 1 FOTO 3x4
- DOCUMENTO QUE COMPROVE O HORÁRIO DAS AULAS QUE O ESTAGIÁRIO CURSA.



DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO PARANÁ

A entrevista será realizada no momento da entrega dos documentos nos seguintes dias:

10/06/2014 - das 8:30 às 11:30 e das 14:30 às 17:30

11/06/2014 - das 14:30 às 17:30

13/06/2014 - das 8:30 às 11:30 e das 14:30 às 17:30

16/06/2014 - das 8:30 às 11:30

LOCAL PARA REALIZAÇÃO DA ENTREVISTA E ENTREGA DOS DOCUMENTOS: RUA
DESEMBARGADOR JOAQUIM FERREIRA GUIMARÃES, 66, JARDIM CARVALHO - PONTA GROSSA

Ponta Grossa, 05 de junho de 2014.

Comissão de Processo Seletivo da comarca de Ponta Grossa/Castro

PAULO CINQUETTI NETO (Presidente)

ANA PAULA COSTA GAMERO;

MONIA REGINA DAMIÃO SERAFIM; e

RICARDO MILBRATH PADOIM.



DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO PARANÁ

ANEXO 1

Gabarito das provas aplicadas em Castro e Ponta Grossa

I CONCURSO PARA ESTAGIÁRIOS DA DEFENSORIA PÚBLICA

QUESTÕES OBJETIVAS

DIREITO CONSTITUCIONAL

1) Considerando a tradicional classificação das normas constitucionais segundo a eficácia, assinale a alternativa correta:

- a) Norma constitucional de eficácia contida ou restringível incide direta e imediatamente sobre a matéria respectiva, mas pode ter sua eficácia restringida por norma infraconstitucional.
- b) Norma constitucional de eficácia limitada somente produz efeitos mediante intervenção do Poder Judiciário.
- c) Norma constitucional de eficácia plena tem aplicação direta e imediata, mas não integral.
- d) A aplicação de norma constitucional de eficácia limitada produz todos os seus efeitos independentemente de lei.

RESPOSTA CORRETA: A

2) O poder constituinte ORIGINÁRIO é caracterizado por ser:

- a) Inicial, incondicionado e limitado.
- b) Inicial, ilimitado e condicionado.
- c) Inicial, ilimitado e incondicionado.
- d) Derivado, limitado e condicionado.

RESPOSTA CORRETA: C

3) A respeito dos direitos e garantias fundamentais assinale a resposta correta:



DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO PARANÁ

- a) os direitos e garantias expressos Constituição Federal de 1988 compõem um rol taxativo, *numerus clausus*, não podendo ser ampliados.
- b) os tratados internacionais sobre direitos humanos que não forem aprovados como Emenda Constitucional tem status de norma infralegal, ou seja, estão situados hierarquicamente abaixo da lei.
- c) As normas definidoras dos direitos e garantias fundamentais têm aplicação imediata.
- d) Todas as alternativas estão incorretas.

RESPOSTA CORRETA: C

- 4) A norma constitucional que trata da tripartição dos poderes em *Legislativo, Executivo e Judiciário*:
- a) é norma implícita;
 - b) é norma programática, cabendo ao legislador criar norma expressa que institua estes Poderes;
 - c) determina que o juiz atue apenas como boca da lei, de modo que o poder judiciário seja um poder nulo (como previu Montesquieu);
 - d) tem a finalidade de evitar o abuso e a concentração de poder em um só órgão do Estado;

RESPOSTA CORRETA: D

- 5) Assinale a alternativa correta:
- a) A Constituição Federal não proíbe a violação de domicílio pelos agentes públicos em nenhuma hipótese.
 - b) Nenhuma lei pode proibir que uma lesão ao direito seja levada à apreciação do poder judiciário.
 - c) Salvo as exceções legais, ninguém será privado da liberdade ou de seus bens sem o devido processo legal.
 - d) A dignidade da pessoa humana é uma norma de eficácia limitada, devendo haver regulamentação infraconstitucional para que referido direito possa ser exercido.

RESPOSTA CORRETA: B

DIREITO PENAL



DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO PARANÁ

6) Tomando-se por base a teoria finalista (adotada pelo Código de Processo Penal após a reforma de 1984), assinale a alternativa que melhor corresponderia a uma causa de exclusão da CULPABILIDADE:

- a) Erro de tipo.
- b) Resultado diverso do pretendido.
- c) Erro de proibição.
- d) Arrependimento posterior.

RESPOSTA CORRETA: C

7) Assinale a alternativa correta:

- a) O crime culposo não admite tentativa.
- b) Os crimes omissivos impróprios são aqueles que se consumam com a simples omissão, isto é, independem de resultado.
- c) Crimes de mera conduta dependem do resultado material.
- d) Os crimes de mão-própria admitem co-autoria.

RESPOSTA CORRETA: A

8) O princípio da insignificância é decorrência de quais dos princípios gerais norteadores do direito penal abaixo elencados?

- a) Proporcionalidade e legalidade.
- b) Fragmentariedade e ofensividade.
- c) Humanidade e taxatividade.
- d) Pessoalidade da pena e razoabilidade.

RESPOSTA CORRETA: B

9) A reincidência:



DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO PARANÁ

- a) não prevalece se, entre a data do cumprimento ou extinção da pena e a infração posterior, tiver decorrido período de tempo superior a 5 (cinco) anos.
- b) ocorre quando o agente comete novo crime depois de transitar em julgado a sentença o tenha condenado por contravenção penal.
- c) por crime culposo ocasiona a revogação obrigatória da suspensão condicional da pena.
- d) É causa de diminuição de pena.

RESPOSTA CORRETA: A

10) João, após discussão com sua vizinha Fernanda, desferiu golpes de faca contra ela com intenção de matá-la, atingindo-a. No entanto, arrependido, João imediatamente a socorre ao hospital mais próximo, salvando Fernanda. Em vista do arrependimento eficaz, João:

- a) responderá pelo crime inicialmente pretendido.
- b) responderá pelo crime inicialmente pretendido, com a redução atinente à tentativa.
- c) responderá apenas pelos atos já praticados.
- d) não responderá por nenhum crime, uma vez que Fernanda foi salva.

RESPOSTA CORRETA: C

DIREITO PROCESSUAL PENAL

11) A respeito dos princípios que regem o processo penal, assinale a alternativa correta:

- a) O ordenamento jurídico brasileiro adotou o sistema inquisitivo e não o acusatório.
- b) No processo penal há a mitigação do princípio da igualdade, pois a pretensão punitiva goza de proteção e superioridade em relação ao interesse do acusado e ao seu direito de defesa.
- c) O princípio do juiz natural consagra apenas veda a criação de tribunais de exceção quando estes não são compostos por juízes togados.
- d) O exercício da defesa técnica é indispensável ao processo penal.

RESPOSTA CORRETA: D



DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO PARANÁ

12) Assinale a alternativa correta acerca da prova (arts. 155 a 158 do Código de Processo Penal):

- a) O juiz formará sua convicção pela livre apreciação da prova, podendo fundamentar sua decisão exclusivamente nos elementos informativos colhidos na investigação.
- b) São ilícitas as provas obtidas por meios ilícitos, exceto aquelas produzidas ilicitamente pela Autoridade Judicial.
- c) Quando o crime deixar vestígios será indispensável o exame de corpo de delito, mas o depoimento de qualquer testemunha ou a confissão do acusado podem suprir a ausência do referido exame.
- d) Embora seja adotado o princípio da inércia, no processo penal este princípio não impede que o juiz produza provas de ofício, quando reputar conveniente.

RESPOSTA CORRETA: D

13) Assinale a assertiva correta:

- a) Ao receber os autos de prisão em flagrante o juiz poderá converter, de ofício, a prisão em flagrante em prisão preventiva, sem a necessidade de intimar o Ministério Público da decisão.
- b) No Processo Penal comum (não militar), a prisão é admitida em duas hipóteses: em flagrante delito ou por ordem judicial escrita e fundamentada.
- c) Considera-se em flagrante o autor do crime que se apresentar a Autoridade Policial ou que for encontrado, em qualquer circunstância, dentro de 24 (vinte e quatro) horas após a prática do delito.
- d) as medidas cautelares diversas da prisão deverão ser aplicadas sempre que não estiverem presentes os pressupostos da prisão preventiva, sendo, portanto, subsidiárias à prisão.

RESPOSTA CORRETA: B

14) Assinale a alternativa correta:

- a) A ação penal de iniciativa privada é regida pelo princípio da indivisibilidade. Assim, se houver renúncia em relação a um dos autores do crime, a todos essa renúncia se estenderá.
- b) Não é necessário que o Ministério Público na denúncia descreva todo o fato criminoso e as circunstâncias que tenha conhecimento, eis que esse defeito pode ser corrigido pelo Juiz até a sentença.



DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO PARANÁ

c) Nas ações penais públicas condicionadas à representação, caso a vítima não tenha oferecido a representação no prazo de 6 (seis) meses, o Ministério Público mandará intima-la tantas vezes quantas forem necessárias até que ela represente contra o autor do fato.

d) A representação da vítima será sempre irretratável.

RESPOSTA CORRETA: A

15) Assinale a alternativa correta:

a) O inquérito deverá ser concluído no prazo de 25 (vinte e cinco) dias se o indiciado estiver preso, e 50 (cinquenta) se estiver solto.

b) O acusado tem o direito de escolher se quer ser defendido pela Defensoria Pública, por advogado nomeado ou por advogado constituído.

c) A denúncia não poderá ser recebida se não for acompanhada pelo inquérito policial, vez que o inquérito é peça indispensável à propositura da ação penal.

d) Uma vez decretada a prisão preventiva o inquérito policial não poderá ser arquivado pela, devendo o Ministério Público sempre propor a ação penal e pedir a condenação, independentemente da existência de provas.

RESPOSTA CORRETA: B

PROCESSO CIVIL

16) O princípio da isonomia determina que:

a) o juiz deve tratar as partes de forma idêntica;

b) o juiz pode tratar cada uma das partes de forma diferente segundo seu próprio arbítrio;

c) o juiz deve tratar de forma desigual as partes que possuem peculiaridades que exijam essa diferenciação;

d) não há nenhuma hipótese em que o juiz possa tratar as partes de forma desigual.

RESPOSTA CORRETA: C

17) Para ter direito à assistência judiciária gratuita a parte deve:



DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO PARANÁ

- a) produzir provas que confirmem a insuficiência de recursos;
- b) simplesmente afirmar a insuficiência de recursos na própria inicial;
- c) apresentar a carteira de trabalho ou comprovante do Imposto de renda;
- d) ser assistido pela Defensoria Pública.

RESPOSTA CORRETA: B

18) Extingue-se o processo sem resolução do mérito:

- a) quando o juiz acolher ou rejeitar o pedido do autor;
- b) quando o réu reconhecer a procedência do pedido;
- c) quando as partes transigirem;
- d) quando, por não promover os atos e diligências que lhe competir, o autor abandonar a causa por mais de 30 (trinta) dias.

RESPOSTA CORRETA: D

19) Sobre a antecipação de tutela, conforme previsto no Código de Processo Civil, é correto afirmar que:

- a) por se tratar de decisão interlocutória não precisará ser fundamentada;
- b) o juiz poderá concedê-la de ofício;
- c) A tutela antecipada também poderá ser concedida quando um ou mais dos pedidos cumulados, ou parcela deles, mostrar-se incontroverso.
- d) a antecipação de tutela e as medidas cautelares possuem os mesmos requisitos legais.

RESPOSTA CORRETA: C

20) A luz do que preceitua o artigo 286 do Código de Processo Civil, será permitido a formulação de pedido genérico:

- a) quando não for possível determinar, de modo definitivo, as consequências do ato ou fato ilícito
- b) quando, pela natureza da obrigação, o devedor poder cumprir a prestação de mais de um modo;
- c) quando a obrigação consistir em prestações periódicas;



DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO PARANÁ

d) quando pela lei ou pelo contrato a escolha couber ao devedor.

RESPOSTA CORRETA: A

DIREITO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

21) Acerca das medidas protetivas, previstas nos arts. 98 a 102 do ECA, assinale a afirmativa correta.

- a) É incabível a aplicação simultânea de duas ou mais medidas protetivas à criança em situação de risco.
- b) A aplicação das medidas protetivas previstas pelo ECA pode se dar cumulativamente, devendo a autoridade competente escolher a mais adequada diante das necessidades específicas do destinatário
- c) Em qualquer caso em que haja violação dos direitos da criança por abuso ou omissão dos pais, a primeira medida a ser tomada deve ser a colocação da criança em acolhimento institucional ou em família substituta.
- d) As medidas protetivas previstas pelo ECA devem ser aplicadas de modo a evitar uma intervenção precoce, efetuada logo que a situação de perigo seja conhecida, sob pena de intervenção indevida no poder familiar, que deve ser preservado de investidas indevidas do Estado.

RESPOSTA CORRETA: B

22) Sobre a prática de ato infracional, é correto afirmar que:

- a) a medida de internação é excepcional e somente poderá ser aplicada caso não haja outra medida adequada.
- b) em nenhuma hipótese poderão ser aplicadas ao adolescente infrator as medidas protetivas previstas no art. 101 do ECA, já que a prática de ato infracional acarreta, somente, a aplicação das medidas socioeducativas específicas.
- c) considerando que a finalidade do processo de apuração de ato infracional não é punir, mas sim proteger o adolescente, a ausência de defesa técnica por Defensor Público ou advogado somente anulará o processo caso comprovado o prejuízo.
- d) o ato infracional praticado por crianças tem, segundo previsão do ECA, como consequência a aplicação de medidas socioeducativas.

RESPOSTA CORRETA: A



DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO PARANÁ

23) Assinale a alternativa incorreta:

- a) considera-se criança, para os efeitos do ECA, a pessoa até doze anos de idade incompletos, e adolescente aquela entre doze e dezoito anos de idade.
- b) excepcionalmente, nos casos previstos em lei, as disposições do ECA aplicam-se às pessoas entre dezoito e vinte e um anos de idade.
- c) a falta ou carência de recursos materiais não constitui motivo suficiente para a perda ou suspensão do poder familiar.
- d) a garantia de prioridade absoluta, prevista no art. 4º do ECA não compreende a primazia de receber proteção e socorro em quaisquer circunstâncias.

RESPOSTA CORRETA: D

DIREITO CIVIL

24) Acerca da disciplina das pessoas naturais no Código Civil, assinale a alternativa correta:

- a) São incapazes, relativamente a certos atos, ou à maneira de os exercer, os maiores de dezesseis e menores de vinte e um anos.
- b) São absolutamente incapazes a certos atos os que, por deficiência mental, tenham o discernimento reduzido.
- c) A personalidade civil da pessoa começa desde a concepção, e a lei põe a salvo os direitos do nascituro.
- d) São absolutamente incapazes de exercer pessoalmente os atos da vida civil os que, mesmo por causa transitória, não puderem exprimir sua vontade.

RESPOSTA CORRETA: D

25) A respeito das pessoas naturais, assinale a opção correta.

- a) O menor de vinte e um anos casado, que não tenha filhos, só poderá realizar o divórcio consensual mediante escritura pública com autorização de seus pais.
- b) A pessoa natural adquire personalidade jurídica quando atinge a maioridade civil, aos dezoito anos.



DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO PARANÁ

c) Capacidade de aquisição ou gozo exprime a ideia genérica da possibilidade de ser sujeito de direito e a capacidade de fato é a possibilidade de praticar, pessoalmente, os atos da vida civil.

d) Uma pessoa em estado de coma não deve ser considerada absolutamente incapaz, já que esse estado pode não ser definitivo.

RESPOSTA CORRETA: C

26) Compete aos pais, quanto à pessoa dos filhos menores, exceto:

a) reclamá-los de quem ilegalmente os detenha.

b) dirigir-lhes a criação e educação, podendo, mediante escritura pública transferir tal responsabilidade à entidade de educação pública ou autorizada pelo poder público.

c) exigir que lhes prestem obediência, respeito e os serviços próprios de sua idade e condição

d) tê-los em sua companhia e guarda.

RESPOSTA CORRETA: B

27) Acerca do direito de família, assinale a alternativa correta:

a) o planejamento familiar é de livre decisão do casal, porém, em situações excepcionais, como, por exemplo, pobreza extrema, ou prole numerosa, o poder público poderá determinar a utilização compulsória de métodos contraceptivos, sempre visando o bem comum e os interesses superiores da coletividade.

b) a Constituição Federal de 1988, alargou o conceito de família, conferindo proteção jurídica a entidades familiares que antes não gozavam de reconhecimento pelo poder público. No entanto, segundo a interpretação do STF, tal reconhecimento não alcança as uniões entre pessoas do mesmo sexo, que continuam sem reconhecimento oficial por parte do Estado.

c) os filhos, havidos ou não da relação de casamento, terão os mesmos direitos e qualificações, proibidas quaisquer designações discriminatórias relativas à filiação.

d) tendo em vista o princípio da laicidade do estado, o casamento religioso não terá, em nenhuma hipótese, a validade do casamento civil.

RESPOSTA CORRETA: C

28) Assinale a incorreta:



DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO PARANÁ

A sociedade conjugal termina:

- a) pela morte de um dos cônjuges.
- b) pela nulidade ou anulação do casamento.
- c) pelo divórcio.
- d) pelo adultério comprovado de um dos cônjuges

RESPOSTA CORRETA: D

PRINCÍPIOS INSTITUCIONAIS

29) São princípios institucionais da Defensoria Pública:

- a) unidade, transparência e dignidade da pessoa humana.
- b) indivisibilidade, transparência e soberania.
- c) prevalência dos direitos humanos, independência funcional e dignidade da pessoa humana.
- d) independência funcional, indivisibilidade e unidade.

RESPOSTA CORRETA: D

30) Não é função institucional da Defensoria Pública:

- a) representar aos sistemas internacionais de proteção dos direitos humanos, postulando perante seus órgãos;
- b) promover ação civil pública e todas as espécies de ações capazes de propiciar a adequada tutela dos direitos difusos, coletivos ou individuais homogêneos quando o resultado da demanda puder beneficiar grupo de pessoas hipossuficientes
- c) atuar na área cível e propor as devidas ações judiciais a favor de qualquer pessoa, independentemente da renda familiar.
- d) patrocinar ação penal privada e a subsidiária da pública.

RESPOSTA CORRETA: C



DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO PARANÁ

DIREITO PENAL – QUESTÃO DISCURSIVA

Disserte em 30 linhas sobre a redução da maioridade penal. Exponha os argumentos favoráveis e contrários à redução da maioridade penal e se posicione.

Textos de apoio

Constituição Federal

Art. 228. São penalmente inimputáveis os menores de dezoito anos, sujeitos às normas da legislação especial.

Código Penal

Art. 27 - Os menores de 18 (dezoito) anos são penalmente inimputáveis, ficando sujeitos às normas estabelecidas na legislação especial.

DIREITO CIVIL – QUESTÃO DISCURSIVA

Disserte em 30 linhas sobre o Direito da Personalidade relativo ao nome. Explique por quais razões o Direito protege o nome e se há possibilidade de alteração do nome.

Textos de apoio

Código Civil

Art. 16. Toda pessoa tem direito ao nome, nele compreendidos o prenome e o sobrenome.

Art. 17. O nome da pessoa não pode ser empregado por outrem em publicações ou representações que a exponham ao desprezo público, ainda quando não haja intenção difamatória.

Art. 18. Sem autorização, não se pode usar o nome alheio em propaganda comercial.

Art. 19. O pseudônimo adotado para atividades lícitas goza da proteção que se dá ao nome.

Lei de Registros Públicos

Art. 56. O interessado, no primeiro ano após ter atingido a maioridade civil, poderá, pessoalmente ou por procurador bastante, alterar o nome, desde que não prejudique os apelidos de família, averbando-se a alteração que será publicada pela imprensa.

Art. 57. A alteração posterior de nome, somente por exceção e motivadamente, após audiência do Ministério Público, será permitida por sentença do juiz a que estiver sujeito o registro, arquivando-se o mandado e publicando-se a alteração pela imprensa, ressalvada a hipótese do art. 110 desta Lei.

Jurisprudência



DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO PARANÁ

“APELAÇÃO CÍVEL. AÇÃO DE RETIFICAÇÃO DE REGISTRO CIVIL DE NASCIMENTO. MUDANÇA DE SEXO. TRANSEXUALIDADE. POSSIBILIDADE JURÍDICA DO PEDIDO. Quando está comprovado que a retificação do registro de nascimento não trará qualquer prejuízo à sociedade e, sobretudo, garante a dignidade da pessoa humana daquele que a pleiteia, cumpre a procedência do pedido. Sentença mantida. NEGARAM PROVIMENTO AO APELO. (Apelação Cível Nº 70052872868, Oitava Câmara Cível, Tribunal de Justiça do RS, Relator: Alzir Felipe Schmitz, Julgado em 04/04/2013)”

(TJ-RS - AC: 70052872868 RS , Relator: Alzir Felipe Schmitz, Data de Julgamento: 04/04/2013, Oitava Câmara Cível, Data de Publicação: Diário da Justiça do dia 09/04/2013)

RASCUNHO